

A LÍNGUA GALEGA: DE ONDE VIMOS E AONDE VAMOS (I)

O galego começa a escrever-se pela primeira vez como língua normal da vida civil e administrativa das pessoas no ano 1173, e adopta-o, como a língua ordinária da sua documentação, a diocese de Tui por volta de 1200. A partir dessa altura, o galego passa a ser a língua normal de funcionamento de todo o tipo de actos na Galiza em convívio co latim.

Pode-se dizer que há dous grandes períodos no galego medieval, desde a sua implantação administrativa até o tratado de 1411 e, desde este ano, até o ano de 1514, em que desaparece totalmente dos escritos da vida civil e administrativa.

O tiro de graça ao idioma galego, como língua das relações administrativas e civis dos seus habitantes, fora estabelecido com um “ukase” dos reis católicos pouco depois do estabelecimento da Audiência na Corunha, e nele regulou-se que os documentos de tabeliões (notários), e os trabalhos dos escrivãos, em definitivo, a formação dos empregados públicos naquela altura, seria válida só a dos aprovados pela escola de Toledo, o que acarretou na história da nossa administração o prático desaparecimento na mesma dos funcionários de origem galega, até o século XX

O momento em que desaparecia o galego da documentação privada, e pública, levava parelho o facto da externalização da classe social dominante, a nobreza (que o era ainda mais depois da derrota da “burguesia irmandinha”, apesar do empobrecimento que a guerra lhe causou) e que era a grande consumidora de bens culturais. Nessa altura a alta nobreza traslada-se à corte de Castela, quer dizer, fora do reino.

Essa classe dominante, que era a geradora de pautas de conduta naquela altura e a que criava os modelos da procura cultural, desaparecida do país, nom é substituída por ninguém, pois o outro sector culturalmente importante e, sobretudo, socializador dos conteúdos ideológicos e culturais, a igreja, foi castelhanizado. A ferro e fogo todas as ordens religiosas da Galiza centralizam-se em Valhadolid, bispos, abades,

e cargos relevantes foram sempre desde essa altura de Castela (ex.: Compostela, desde 1500 só tivo dous bispos galegos e os dous fôrom-no no século XX)¹, e assim o resto.. Se a isto unimos umha série de medidas económicas proteccionistas das produções monopolísticas castelhanas, e proibidora do livre comércio para os galegos, eis temos o panorama do início do período que acabou justamente usufruindo o nome de “Longa Noite de Pedra” que poeticamente Celso Emílio Ferreiro criara só para o franquismo.

As ideias e concepções dominantes som sempre as da classe dominante. Muitos dos problemas do galego devem-se a que a classe dominante galega nom é tal, mas umha simples sucursal da espanhola- (Central), e o comportamento que projecta reflecte isso. Fernão d’Oliveira na sua gramática de 1526 fai mençom da situação da língua, e referindo-se ao esmorecimento (esmorecimento nom quer dicer que deixara de usar-se cento per cento) desta na Galiza, diz: Portugal tem corte, pois é ali onde se pulem e cocem as palavras. A Galiza perdeu a sua corte de aí o esmorecimento da língua na Galiza.

O alto nível do galego medieval, corresponde a umha sociedade plena e normal polos padrons da época. Na Galiza há corte, há reis, há nobreza, há umha contínua procura por parte dumha classe de bens culturais; eis a literatura que se fazia e que era para o consumo, basicamente, desta classe. Nom é por casualidade que em Compostela estejam sepultados alguns dos mais grandes reis galegos, e que ali muitos foram coroados. Mas umha classe dominante nom é simplesmente a existência de pessoas na escala social unhas por cima das outras, unhas mais abastadas e outras mais limitadas nos seus recursos e dependências, nom é isso simplesmente. Unha classe dominante é um mundo de concepções comuns aos indivíduos pertencentes a essa classe, um sentirem-se parceiros no seu modo de viver, e um processo socializador comum aos seus membros; nom esqueçamos que o número de contactos e ligações que se produz entre os membros das classes dominantes e sempre muito superior ao das dominadas.

1 -Ha um caso muito parelho ao galego de substituiçom da igreja local, por outra importada, é o que se produz no Roselhom, após a sua incorporaçom à França polo tratado dos Pirenéus. E temos o caso contrário, o do Galês, onde o facto de a populaçom nom se adscrever à Igreja de Inglaterra, e si ao Metodismo (o qual adoptou a língua galesa) funcionou como um elemento poderoso de vitalidade da mesma.

Na Galiza o modelo do dominador deixou de ser o dumha classe social própria e passou a ser o do funcionário ou do crego “colonial”, esses que si tinham um modelo de socialização comum, passam a ser o modelo para os que podem ter um ascenso social; os ricos, entendendo por ricos, aqueles que alcançam uns recursos superiores aos do seu entorno, e que normalmente partem de outra classe, *os novos ricos*.

A fim e ao cabo *a burguesia galega passou a ser unha burguesia de novos ricos*, carente de modelos sociais próprios em que se olhar e, como sociedade capada, adopta o modelo do aparelho do poder, que é realmente o que sentem como dominante sobre eles e ao qual temem, e assim nom é casualidade que os grandes títulos da velha nobreza galega, estejam hoje em dia em Andaluzia e Madrid.

O GRANDE SUCESSO DO GALEGO, GARANTIA DA SUA SOBREVIVÊNCIA ATÉ HOJE (II)

O sucesso da língua galega foi o de se converter durante todo esse período da longa noite de pedra na língua dum modo de vida, o tradicional, termo que nom se limita a abranger simplesmente a sociedade agrária rural, pois de facto a qualquer morador na Galiza era impossível realizar unha vida plena e normal sem fazê-lo em galego, a língua que a nossa sociedade fazia necessária e imprescindível.

Na década final do s. XIX dizia Murguia que se revelava chocante achar algum morador galego na Corunha que nom falasse galego, e que, salvo algum que chamaríamos hoje snobe, no galego vivia toda a população, reduzindo-se o seu contacto co castelhano a relações formais administrativas e aos processos de formação regradados, aos que só chegava unha minoria.

Em estudos demográficos feitos correlacionando vida tradicional e língua dá-nos para os anos 40 (período franquista) que 96% da população vivia em galego.

As línguas nunca som unha escolha libre, como tampouco é unha escolha livre a de podermos escolher os nossos pais; a liberdade é algo muito importante mas vale para o que vale; um vem ao mundo num entorno, numha cultura e numha língua, e

isso marca a pessoa de forma indelével. A língua revela-se um elemento necessário para poder-se relacionar com o contorno, para poder viver como pessoa.

Na Galiza tradicional era imprescindível a utilização do galego para se ter unha vida normal, era o elemento necessário por cima de qualquer outra cousa e isso era independente da valoração que da própria língua fizessem os seus utentes.

O que foi o grande sucesso do galego para resistir, apesar de romper os laços com Portugal, espaço político com plena normalidade para a nossa língua nacional, e ficar a Galiza sem a existência dumha classe dominante nacional, o modo de vida tradicional que abrangia quase o cento por cento da população[2] converteu-se agora coa sua crise, no grande problema.

Hoje, a sociedade galega toda foi socializada por meio da escola, que continua a ser umha escola espanhola e socializadora de padrões estatais, quer dizer, espanhóis (tanto a pública como a privada) e dos media noutra língua, o novo modo de vida, as novas tecnologias, o enfrentarmo-nos a um mundo que nom existia em galego, que resulta totalmente novo e que se importa na voz de quem domina socialmente, fai dia a dia desnecessário o galego que, além disso, *de ser a velha língua extensa e útil* que dizia Castelao, passou a ser um modelo encerrado no currunchu regional[2].

Qualquer processo de recuperação, deve levar à naturalização do galego como língua urbana e do século XXI, deve passar por fazer a mesma a língua necessária para desenvolver na Galiza unha vida normal, pois se é desnecessária as medidas nom som mais que um brinde bem intencionado.

2 - Do ponto de vista sociológico é mui interessante o tema da imigração e a língua. Os emigrantes raramente modificam pautas de conduta lingüísticas, salvo que na sociedade em que se instalem ocupem os papéis dominantes. Na Galiza sempre se destacou o papel da emigração, e só agora começam a fazer-se estudos que ponham de manifesto, que desde o século XV até praticamente mui recentemente, dentro dos elementos dirigentes, os imigrantes tiveram um papel dominante e maioritário (um estudo da CIG adm. mostrava que nas administrações públicas (todas) no ano 90 nos cargos relevantes e nos postos de funcionários de mais responsabilidade os nom nados na Galiza chegavam até case 40 % no conjunto, e nalguns casos e grupos ultrapassava a incrível cifra de 80%. Nos postos baixos nunca se dava esta situaçom). Um caso exemplar disto é o Alguer na Sardenha. Em 1776 a população de língua catalã, após unha duríssima peste e reduzida a só 168 pessoas. Cedo chegam muitos sardos a ocupar o vazio, mas adoptam a língua catalã que era a da classe dominante. Também os ingleses na Índia nunca passaram do 0,1 % mas a sua intervençom culturalmente marcou decisivamente, pois desenhava os modelos dominantes. Os imigrantes som sempre pessoas que independentemente da sua origem integram-se com bastante rapidez (as vezes tardam 3 ou 4 gerações quando som grupos mui compactos ex. os japoneses do Brasil), nas sociedades que os acolhem; mas os imigrantes quando som os elementos dominadores rematam troquelando a toda a sociedade que os recebe.

Desde o Bloco devemos saber apresentar essa necessidade como medida imprescindível que nom vai contra o castelhana, pois a vida normal na Galiza em galego, ademais de fazer-nos ser no mundo como somos, em nada vai supor mingua alguma ao castelhana, nem crise da identidade de estado espanhol, que deve ser plural para servir-nos a todos e todas, pois se ser espanhol tivesse de ser identificado com o modelo da cultura castelhana, o que se estaria é convertendo os galegos e galegas de seu em alóctones a esse projecto de Espanha.

Dada a situação de país capado da Galiza, o nosso role como elites nacionais que somos ou temos que tentar ser é muito relevante, e mais quando acedemos a postos da dirigência pública.

FAZER A LÍNGUA GALEGA A LÍNGUA NECESSÁRIA DO PAÍS NO SÉCULO XXI (III)

É impossível constituir um projecto galego, é impossível a recuperaçom do galego, se nom o encardinamos em elites dominantes, que *per se* som urbanas, se nom construímos um modelo de língua de qualidade e digno. Se o galego falado é simplesmente transmissor de informaçom e perde toda relevância a informaçom que faga referencia a quem é o nosso interlocutor, o seu nível, *status* e formaçom; pois se resulta indiferente como use esse galego (pois em todo discurso falado há os dous códigos), o que significa socialmente é que a língua nacional importa pouco, e estaremos ante unha grave crise do modelo da língua como um instrumento útil e necessário socialmente.

O *acratismo* e despreocupaçom com o idioma nacional das novas elites políticas, de muitos cargos relevantes ligados ao nacionalismo, os quais tenhem que funcionar como elites sociais, fai muito mal à língua, tanto ou mais que a política e os políticos espanhóis, pois ainda que nom se seja consciente está-se enviando unha mensagem subliminal e mui efectiva de qual é a importância da língua.

A DEMOCRACIA NO ESTADO ESPAÑOL E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS GALEGOS E GALEGAS (IV)

O estabelecimento dumha certa democracia no estado espanhol, acarretou um certo grau de reconhecimento da pluralidade lingüística, mas esse reconhecimento foi todo adubado com medidas contrárias às reclamadas polo nacionalismo galego desde o Ressurgimento, nas quais Portugal era sempre concebido como o elemento chave de qualquer processo normalizador, pois sempre o nacionalismo defendeu a unidade da língua, e afirmou a nossa fala ser elemento dumha língua das proclamadas internacionais.

O reconhecimento lingüístico da nossa língua desde a política desenhada pelas organizaçõs espanholas foi concebido como um processo de estatalizaçom da língua da Galiza (o galego como língua espanhola); de quebra das relações vivificantes e recuperadoras de contacto co português e de convergência gráfica co espanhol e portanto de banimento das primeiras normas ortográficas da pré-autonomia, e mudança do nome da língua na universidade de galego-português a galego.

Esta política lingüística, que é conhecida no espaço da língua catalã como blaverismo, contou na Galiza com colaboradores sempre entusiastas que se garantiram assi o seu sustento económico, e funcionaram (-malgré d'eux- muitas vezes) como garantes ideológicos do processo amável de substituiçom lingüística que em nengum momento deixou de funcionar no nosso espaço social, e onde o modelo de língua convertia a língua castelhana em modelo de correcçom do galego, incluído o galego dos presumivelmente cultos, e eliminava a possibilidade real de estar a nossa língua no mundo de modo autónomo sem recorrer às andarilhas do espanhol.³

Se antes citava os problemas do galego, na crise dum modo de vida tradicional na Galiza, onde se passou dumha situaçom onde a língua era necessária, (e muito forte pressom social que havia no meio para quem nom a usar) a unha situaçom em que, além de medidas estatalizadoras e, portanto, regionalizadoras no contexto espanhol, nada se desenhou para fazer a língua elemento necessário da vida normal na

3 - É um bom paradigma desta situaçom o da letra J. Essa letra oficialmente nom existe no galego, porém se ela parecer nalgum escrito pronuncie-se como se fosse o j castelhanao.

Galiza)⁴. E desde o Bloco, respondeu-se muitas veces mais com palabras de ordem, das que se aguardava um certo poder taumatúrgico, que com verdadeiras propostas sistematizadas para o agir. Porém isso devia-se mais a debilidade organizativa, que a falta real de vontade para achar o caminho certo.

Nos anos que vam de 1978 a 2006, quer dizer, nos anos de certo reconhecemento do galego no ensino, etc., passou-se em termos de fluxos lingüísticos de unha situación onde algo mais de 80 per cento da população vivia em galego a unha situación onde o viver em galego é inferior a 50 per cento⁵, situación que trasladada às distintas coortes demográficas nos apresenta a realidade do fluxo e a forza substitutória de modo cru. Enquanto nos maiores de 70 anos o viver em galego abrange 85 per cento da população, nos menores de 10 anos, a realidade dos que se instalam em galego anda por volta de 5 per cento e com unha aguda tendência a descer⁶. E isto dá-se no momento em que em *certa maneira* estamos ante a geração de galegos e galegas com mais conhecimento da língua galega.

Para fazer unha política lingüística de sucesso na Galiza há que partir da realidade em que estamos a viver, e começar por compactar os falantes para que podam viver o mais plenamente possível como tais, recuperar a aproximação ao espaço internacional da língua e adoptar medidas que tornem a língua necessária.

4- Necesário quer dizer que o nom uso da mesma torna mais dificultosa e de menos qualidade a reprodución social da pessoa, co que é deseconómico o nom viver nela.

5 Medições feitas de acordo a modelos estandares internacionais, onde as declarações das pessoas se corrigem coa observación da realidade mediante mostras devidamente estabelecidas.

6 - Se comparamos isto co caso basco, o sucesso da substituição lingüística é patente; em Euscadi, que partia de duras cifras, actualmente nos menores de 15 anos dá-se unha proporção de instalados no euscara que é o 245 por cento dos falantes de mais de sessenta e cinco anos. Idêntica situação dá-se na Catalunha, onde o número de instalados no catalám de menos de 10 anos é superior ao de mais de 60 anos ainda que nom coas cifras espectaculares de Euscadi (excepto Navarra e Iparralde). No resto dos países catalães a língua catalã nom seguiu esse caminho, sendo o caso valenciano muito comparável ao galego, ainda que com cifras de desmoronamento da língua ainda mais altas. Eis os dous territórios onde dum modo ou outro triunfou o “blaverismo”

A elaboração dum novo texto estatutário é unha oportunidade do nacionalismo para se comprometer a sério a pôr os alicerces jurídicos que garantam aos galegos e às galegas poderem viver como tais e na sua língua.

Sabendo o muito que nos jogamos coa elaboração dessa carta “constitucional” de que nos dotamos os galegos e galegas, e sabendo que se, pola composición do Parlamento, nela algo tem de ficar fora, fagamos que, polo menos, aí se encontre apoio suficiente para impulsionar medidas no sentido sinalado antes, quer dizer, medidas que tornem necessária a língua nacional na Galiza

Alexandre Banhos

Abri I -2006